



**Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público**

DESPACHO

Nº do Processo: 009.00000982/2023-91

Assunto: Protocolo SIC.SP nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Educação

UNIDADE: Diretoria de Ensino de São Carlos

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]
[REDACTED]

EMENTA: Pedido de informações acerca das atribuições legais da professora auxiliar que acompanha o filho da solicitante. Informação inexistente. Provimento negado.

DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00193/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Diretoria de Ensino de São Carlos, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta o órgão o informou que: *“o “professor auxiliar” ou “professor de apoio” não é profissional integrante do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação. Por fim, com relação à atribuição da carga horária de Professor Auxiliar, mediante decisão judicial, a Diretoria de Ensino a qual esta unidade escolar está jurisdicionada, teve acesso a decisão judicial e posteriormente providenciou um profissional para apoio educacional ao menor*

O.O.S, em sala de aula” e forneceu cópia da sentença que determinou a disponibilização de professor auxiliar, habilitado, enquanto perdurar a situação de necessidade do filho da solicitante. Em recurso o órgão esclareceu que *“o profissional de apoio às atividades escolares não é atribuição de nenhum cargo dos Quadros da Secretaria Estadual da Educação, assim a contratação desses profissionais de apoio, conforme previsto no artigo 13 da Resolução SE-68/2017 vêm ocorrendo por via judicial”*. Insatisfeita, a cidadã apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.

3. Instado a se manifestar o órgão reiterou que *“não existe neste momento, regulamentação ou legislação própria para o assunto”* e a resposta foi encaminhada à interessada.
4. Esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado solicitou o encaminhamento do contrato de trabalho da professora e constatou que as atribuições da profissional não estão descritas no referido contrato.
5. O atendimento a um pedido de acesso à informação pressupõe que a informação exista, desta forma a declaração de inexistência da informação é considerada resposta satisfatória para fins de Lei de Acesso à Informação. Nesse sentido, cumpre observar que a Comissão Mista de Reavaliação de Informações do Governo Federal - CRMÍ - consolidou o entendimento de que *“a declaração de inexistência de informação objeto de solicitação constitui resposta de natureza satisfativa”* (Súmula CRMÍ nº 6, de 2015).
6. Oportuno lembrar que as manifestações de órgão público são revestidas de presunção relativa de veracidade, conforme firmado no plano federal pela Controladoria-Geral da União: *“A alegação de inexistência de documento/informação por órgão público é revestida de presunção relativa de veracidade, decorrente do princípio da boa-fé e da fé pública. Tal posicionamento tem respaldo na doutrina. Nesse sentido, Hely Lopes Meirelles (2013) aduz que os atos administrativos, qualquer que seja sua categoria ou espécie, nascem com a presunção de legitimidade, independentemente de norma legal que a estabeleça. Essa presunção decorre do princípio da legalidade da Administração, que nos Estados de Direito, informa toda a atuação governamental.”*
7. Considerando que o órgão prestou esclarecimentos acerca da demanda e comunicou para a interessada a inexistência da

informação solicitada, **não conheço do recurso**, por se tratar de informação inexistente, com fundamento no artigo 11, § 1º, incisos III, da referida Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, ausentes quaisquer das hipóteses de provimento recursal previstas no artigo 20, incisos I a IV, do Decreto nº 58.052, de 16 maio de 2012.

8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 13 de junho de 2023.

Valmir Gomes Dias

Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Coordenador



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Gomes Dias**, **Coordenador de Ouvidoria de Defesa do Usuário do Serviço Público**, em 13/06/2023, às 19:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site